



ELAINE CRISTINA CALAZANS

**ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE FELICIDADE E VIRTUDE E O PAPEL DAS
AÇÕES NA ÉTICA A NICÔMACO**

**LAVRAS – MG
2021**

ELAINE CRISTINA CALAZANS

**ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE FELICIDADE E VIRTUDE E O PAPEL DAS
AÇÕES NA ÉTICA A NICÔMACO**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Filosofia, para a obtenção do título de Licenciado.

Prof. Dr. ANDRÉ CHAGAS FERREIRA DE SOUZA
Orientador

**LAVRAS – MG
2021**

ELAINE CRISTINA CALAZANS

**ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE FELICIDADE E VIRTUDE E O PAPEL DAS
AÇÕES NA ÉTICA A NICÔMACO**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Filosofia, para a obtenção do título de Licenciado.

APROVADA em

Dr. Prof.

Dr. Prof.

Prof. Dr. André Chagas Ferreira de Souza
Orientador

**LAVRAS – MG
2021**

A Deus, aos meus pais, marido e irmãos.

Dedico

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Lavras (UFLA), especialmente ao Departamento de Ciências Humanas (DCH), pela oportunidade concedida para a realização da graduação. Ao professor André Chagas pela orientação. Ao professor Arthur Klik de Lima pela disposição, paciência e dedicação.

À Deus por me proporcionar a realização desse sonho, por ter me mantido firme em meio a todas as dificuldades que apareceram ao longo do caminho.

Aos meus pais José Vitor Calazans e Vita Maria Calazans, pelo incentivo, orações, e dedicação ao longo de toda essa trajetória. Ao meu marido, pelo companheirismo, paciência e cumplicidade. Aos meus irmãos pelas orações e incentivo. E a todos os colegas e amigos que conheci e estiveram comigo durante esses anos, em especial a minha amiga Mayra Mendes, por ter sido em alguns momentos a força que me manteve firme.

RESUMO

Pretende-se neste trabalho examinar qual a relação existente entre felicidade e virtude, e identificar o papel de nossas ações para o alcance da felicidade, a partir do que Aristóteles apresenta nos três livros iniciais da *Ética a Nicômaco*. Para tanto, procuramos percorrer os caminhos que buscam delimitar o que seja a felicidade, passando pela noção de bem, virtude e ações voluntárias e involuntárias. Finalmente, após percorrer este caminho é possível entender como a virtude e as ações nos levam à felicidade.

Palavras-chave: *Ética a Nicômaco*; Felicidade; Virtude; Ações; Bem.

Sumário

Parte I – Monografia	8
Introdução	8
1. O bem – finalidade humana.	10
1.2. Um caminho para a virtude	13
1.3. Concepções de felicidade derivada dos modos de vida	14
1.4. Felicidade e sua duração	16
2. Virtude.....	20
2.1. O que é a virtude?.....	23
2.2. Divisão dos bens – pressuposto para a virtude.....	25
2.3. Mediania.....	26
3. Papel do ato voluntário e involuntário para o alcance da felicidade	30
3.1. Responsabilidade Moral.....	32
3.2. Escolha e deliberação.....	34
Considerações Finais.....	37
Referências Bibliográficas	39
Parte II – Plano de Curso.....	40
Introdução do plano de curso	41
Justificativa e objetivo geral.....	41
Metodologia	42
Esquema geral do plano de curso.....	42
Bibliografia	48

Parte I – Monografia

Introdução

Este trabalho aborda a obra aristotélica *Ética a Nicômaco* e tem por base os três livros iniciais. Nele procura-se analisar se é possível estabelecer alguma relação entre felicidade e virtude, mediada pela noção de bem, e o papel das nossas ações nessa questão sobre felicidade/virtude.

Para elaboração deste trabalho utilizou-se o método de leitura e análise da obra *Ética a Nicômaco*, com enfoque em alguns conceitos fundamentais desenvolvidos por Aristóteles ao longo da obra.

As obras de Aristóteles são divididas em quatro grupos, a obra que analisaremos neste trabalho, faz parte do grupo denominado Filosofia Prática¹, que faz menção à ética humana. O que Aristóteles expõe na *Ética a Nicômaco* é o pensamento moral como um todo. Sua concepção teleológica e eudaimonista, assim como sua concepção de virtude vista como mediania.

Para responder a questão que este trabalho se propõe, de analisar se é possível estabelecer alguma relação entre felicidade e virtude, foi feita uma análise cronológica de todas as noções que servem de base para tal feito. Inicialmente veremos a noção de bem e todos os pressupostos que cercam essa noção; posteriormente será trabalhado a noção de virtude e todos os seus meios; e por fim trataremos das ações.

Como já mencionado, o objetivo deste trabalho é identificar se é possível estabelecer alguma relação entre felicidade e virtude, ora, para o alcance da felicidade podemos dizer que a virtude é crucial? Ou seja, o alcance da felicidade só é possível se o homem for virtuoso? Este questionamento não é algo simples, e para tentar responder a questão proposta, além de uma análise sobre a felicidade e todos os seus pressupostos, se faz necessário também analisar o que é a virtude, como também qual o papel da ação no meio dessa possível relação.

No primeiro capítulo é abordada a questão do bem como finalidade, Aristóteles nos apresenta o bem como aquilo a que todas as coisas tendem. Conforme o argumento do filósofo, todas as pessoas ao longo de sua vida almejam coisas, e essas coisas almejadas, podemos dizer que são coisas que acrescentam e trará “felicidade” a quem

¹Essa obra é considerada um escrito já maduro de Aristóteles, onde possuía o seu próprio sistema filosófico.

deseja a grande questão que é necessária ressaltar e se ater cuidadosamente a isso: seria essas coisas desejáveis pelos homens a verdadeira felicidade? Em outras palavras, podemos considerar que todos os bens desejáveis, ocasionam a felicidade? Nessa noção de bem, nos deparamos também com o que Aristóteles denomina como sumo bem, ou bem supremo. Na análise da obra utilizada neste trabalho, nos deparamos com vários apontamentos que o filósofo faz antes de chegar de fato à noção de felicidade, entre esses está à noção de sumo bem. Faz-se necessário um questionamento, se os bens desejáveis pelos homens poderiam ser caracterizados como felicidade, e a resposta é não, pois nem todos os bens podem ser vistos como felicidade, pois entre esses existem aqueles que proporcionam o que podemos caracterizar talvez como uma satisfação, ou até mesmo prazer, que, pode ser em alguns casos confundido com felicidade, porém o que estamos procurando analisar aqui, é a felicidade em si, ou seja, a verdadeira felicidade. Dessa forma, o único bem que pode ser entendido, e mesmo assim com ressalva, é o bem supremo, este bem supremo, é o melhor de todos os bens, aquele que está acima dos bens momentâneos, tido também como bens relativos. É possível observar então, que há uma hierarquia de bens, onde os momentâneos/relativos estão abaixo do bem supremo/sumo bem. Mas é válido ressaltar que a obtenção desse bem supremo exige uma ordenação de vida, pois algumas vezes pode haver uma confusão em meio às coisas desejáveis que fizesse com que o fim pretendido não seja de fato o fim, de forma que seja apenas meios para alcançar de fato o fim, entendido como um bem supremo. Para construir essa ordenação de vida, é necessário ao homem, conhecimento. Por meio da racionalidade, o homem será capaz de discernir entre os atos que o levará a finalidade pretendida, e os atos que o levará para os bens relativos e fará com que ele o confunda com o bem supremo, sendo que estes atos serão na maioria das vezes simplesmente passionais.

Até aqui é possível observar que há uma série de etapas para se chegar à definição completa do que de fato é a felicidade entendida por Aristóteles. Dentre essas etapas, devemos ressaltar os modos de vida, que são cruciais para entender o caminho desenvolvido por Aristóteles. Três modos de vida se destacam: a vida de gozos, a vida política e a vida contemplativa. Na busca pela felicidade, à primeira vista há destaque para a vida contemplativa, pois segundo o filósofo é a única onde a busca pelo bem é feito por si mesmo, ou seja, essa busca não almeja nenhum interesse que possa estar oculto para além do fim pretendido e reflete um tipo de vida autônomo para o ser humano. Sobre a vida contemplativa, é válido ressaltar que não iremos dar muito

enfoque a ela, pois neste trabalho como já mencionado iremos focar nos três primeiros livros dessa obra, o assunto da vida contemplativa é melhor explanado pelo filósofo somente no seu décimo livro.

Podemos notar que todos os passos seguidos aqui, são orientados pelo agir humano, pensando nisso podemos partir para o que será tratado no segundo capítulo.

Neste segundo capítulo iremos investigar a noção de virtude, definida como uma disposição de caráter, e está relacionada diretamente com as escolhas feitas pelos homens. Essa disposição de caráter depende da forma como essas escolhas são feitas, essa necessita consistir em numa mediania. A mediania é definida como um meio termo entre dois extremos, sendo esses: falta e excesso. Pode-se entender a mediania como uma intervenção, pois é impossível se tornar virtuoso sem fazer uso do intelecto, pois é essa que deve pautar todas as escolhas realizadas pelo homem. Dessa forma, fica evidente que para o homem ser virtuoso e, por conseguinte, ser bom, é condição primordial que ele encontre um meio termo em todas as suas ações.

Como já mencionado, o caminho feito aqui é de relações, primeiramente partimos da noção de bem, num segundo momento da noção de virtude, e por fim, correlacionando essas duas noções e todos os eixos que as mesmas trazem, no terceiro capítulo, a fim de amarrar e finalmente responder o que este trabalho se propôs, iremos tratar o papel das ações, mais propriamente da diferenciação do ato voluntário e involuntário.

Pois bem, ao final de toda essa análise feita ao longo dos três capítulos deste trabalho, será possível responder a questão que despertou o interesse dessa pesquisa. Ou seja, será possível estabelecer se existe ou não alguma relação possível entre felicidade e virtude, e caso exista qual seria essa, e para além disso, como se dá essa relação, e quais meios são utilizados para tal feito.

1. O bem – finalidade humana

Nas linhas iniciais do primeiro capítulo do livro um Aristóteles diz que,

“toda arte e toda investigação, assim como toda ação e toda escolha, têm em mira um bem qualquer; e por isso foi dito, com muito acerto,

que o bem é aquilo a que todas as coisas tendem” (ARISTÓTELES, 1991, p.5)

Ao retratar que para toda busca há uma finalidade, ou seja, que toda ação tem um fim a ser atingido, é possível deduzir então que, para a obtenção do bem, abordado por Aristóteles como um bem maior, todos os bens anteriores alcançados são justificados por esse bem maior. O que seria, por exemplo, a finalidade desejada por um o diretor de uma peça teatral? Antes de a peça ser apresentada, o diretor certamente ponderou sobre ações plausíveis para que, no dia da estreia a peça fosse bem encenada e apreciada pelos telespectadores. A questão aqui não é somente uma apresentação, mas a melhor que poderia ter sido apresentada, de forma que ao final da peça, os aplausos sejam extensos, as reações satisfatórias, e a repercussão a melhor possível, demonstrando assim, um fim louvável.

Esse bem maior ou bem supremo deve ser algo ao alcance dos homens, pois se for algo inatingível todas as ações praticadas em busca por tal fim seriam em vão, e dessa forma não se sustentariam.

As ações humanas são determinantes para a felicidade, assim como também para a infelicidade. Dessa forma, são as ações que constituem os fins.

O bem entendido como finalidade, requer a ordenação de toda uma vida. É necessário observar que nem sempre o que chamamos de fim, é realmente o fim, às vezes são somente meios para outras coisas que estão por vir. Dessa forma há vários tipos de fim, porém os que importam são aqueles por si mesmo, tratados também como fins excelentes. Segundo Aristóteles, esses fins que são fundamentais para a vida e contribuem para a realização do bem, e pode ser entendido como sumo bem, ou bem absoluto, quando o mesmo está acima de nossos fins. Embora ainda reste saber se existe um bem exclusivo e superior a todos os outros, ou esse bem absoluto é uma somatória de todos os bens existentes?

Todos os homens desejam esse bem, as formas de alcançá-lo são distintas, a adoção de determinados caminhos ou atos, para se chegar a esse bem não faz com que o ideal a ser alcançado se distinga, pois o anseio de todos é o mesmo: a busca por uma finalidade, pois se assim não o fosse, a vida humana seria vã. Dessa forma, podemos dizer que esse anseio, a busca por uma finalidade, é uma busca pelo bem.

Na busca por esse bem supremo, às vezes há uma confusão entre o bem supremo e o que Aristóteles denomina como bem relativos. Esses bens relativos são sim necessários à vida humana, porém não são um bem supremo.

Segundo Aristóteles o homem pode ter outros bens, denominados relativos, que são bens que auxiliem, tragam prazer e uma possível sensação de uma vida melhor, como por exemplo a riqueza.

Alguns homens podem vir a confundir esses bens relativos com a felicidade, pelo fato de que quando um homem é provido pela falta de riquezas e sua condição é de suma pobreza, a felicidade para esse poderia vir a ser a riqueza, ou seja, possuir bens que o tirem da condição de precariedade. Em suma, o que acontece é que o homem relaciona a felicidade com aquilo que supra sua necessidade momentânea.

Quando falamos em uma necessidade momentânea, é possível pensar institivamente no desejo, pois é natural do ser humano ao longo de sua vida desejar algumas coisas, a grande questão é, desejo e felicidade apresenta alguma relação? Pode-se dizer que sim, quando desejamos alguma coisa, antes de conseguir realizar o que se deseja, pensamos que o objeto do nosso desejo trará felicidade, e isso pode sim ser uma verdade, contudo o que tem que ser observado é se a realização desse desejo é de fato a verdadeira felicidade, ou se trará a verdadeira felicidade.

Nessa colocação de desejos, temos duas vertentes: coisas desejadas por si mesmas e as desejadas por utilidade. Aquelas que são desejadas por si mesmas estão em um grau superior às que são desejadas por utilidade. Ou seja, aquilo que é desejado por utilidade, pode ser entendido como coisas supérfluas, que não acrescentam diretamente benéfico que levará ao alcance da finalidade maior desejada.

Uma vez que, o Sumo bem é o melhor de todos os bens, ele deve se vincular a um saber que seja também o melhor de todos, um saber supremo. Para Aristóteles, esse saber supremo era a Política, uma ciência superior a todas as outras, tida também como um tipo de vida que pode proporcionar felicidade.

Com efeito, ainda que tal fim seja o mesmo tanto para o indivíduo como para o Estado, o deste último parece ser algo maior e mais completo, quer a atingir, quer a preservar. Embora valha bem a pena atingir esse fim para um indivíduo só, é mais belo e mais divino alcançá-lo para uma nação ou para cidades-Estados.(ARISTÓTELES,1991, p.6)

É válido ressaltar, que o coletivo se faz com uma união de individuais. Por natureza o homem é um ser político. Quando o homem passa a exercer essa natureza política, e começa a conviver em sociedade se tem aí, a possibilidade de se tornar um homem

virtuoso. O convívio social e as relações entre o homem e o Estado propicia a obtenção de algo maior, o sumo bem.

A ação do homem então é tida como divina, quando ele a faz coletivamente, como a ciência política é considerada um tipo de saber supremo, ao agir no coletivo, o homem alcança a finalidade de suas ações, o que segundo Aristóteles é a melhor.

1.2. Um caminho para a virtude

Há uma diferenciação entre um homem e um jovem. Um homem que possui uma boa instrução, que foi educado para determinada situação, tem por característica buscar a verdade com a mais possível precisão. Isso acontece, pelo fato de que, o homem é capaz de fazer um melhor julgamento das coisas que conhece, e dessas coisas ele é um bom juiz. Ou seja, um homem que se educa a fim de expandir sua capacidade política, vai buscar os melhores meios para agir coletivamente, de forma que sua busca seja pautada pela verdade, e a finalidade seja alcançar o bem.

Porém um jovem² que ainda não possui maturidade o suficiente para discernir sobre o que de fato é a política, ou seja, se esse jovem ainda não possui alguma experiência de vida, tem maior propensão a se deixar guiar pelas paixões. Com isso, esse jovem terá mais dificuldade de se tornar um homem que busca em sua natureza a consciência política, e conseqüentemente não alcançará o sumo bem.

A idade não somente no sentido numérico, mas principalmente ligada a maturidade, é um fator primordial que faz com que um jovem se torne propenso a cometer erros. Justamente pela idade ele tem inclinação a viver segundo paixões momentâneas.

Por isso, um jovem não é bom ouvinte de preleções sobre a ciência política.

Com efeito, ele não tem experiência dos fatos da vida, e é um tornado destes que giram as nossas discussões; além disso, como tende a seguir as suas paixões, tal estudo lhe será vão e improfícuo, pois o fim que se tem em vista não é o conhecimento, mas a ação. [...] A tais pessoas, como aos incontinentes, a ciência não traz proveito algum; mas aos que

² Segundo Aristóteles, essa jovialidade não faz menção somente à idade, mas também no caráter.

desejam e agem de acordo com um princípio racional o conhecimento desses assuntos fará grande vantagem. (ARISTÓTELES, 1991, p.7)

Segundo Aristóteles, para compreender de fato o que é a felicidade, é necessária ao homem a racionalidade, pois é através dela que é possível discernir os atos orientados somente pelas paixões e os atos provenientes da razão. Esses atos provenientes da razão levam o homem à prática de ações virtuosas, somente através das quais o homem chegará à felicidade.

Contudo, dizer que o que vale são as ações guiadas pela razão não é suficiente. O que acontece é que deve haver uma subordinação entre os atos racionais, e os atos providos das paixões. As ações pautadas pela paixão devem estar subordinadas às ações racionais. Dessa forma, podemos assim de fato diferenciar os bens menores do bem supremo. O bem supremo pode ser entendido como aquele bem em que, as ações que levam a seu alcance são guiadas pela razão, e este é desejado por si mesmo. Já os bens menores, podemos entendê-los como aqueles que nos propiciam “finalidades” momentâneas, ou seja, são bens menores pelo fato de que, eu o busco a fim de satisfazer algum desejo temporário.

1.3. Concepções de felicidade derivada dos modos de vida

Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles aborda três tipos de vida: a vida de gozos, a vida política e a vida contemplativa. A diferenciação desses modos de vida se faz necessária para elucidar a possível relação desses, com o bem supremo e conseqüentemente com a felicidade.

A vida de gozos seria aquela em que o homem identifica a felicidade como o prazer, essa possível felicidade é guiada pelos desejos. Esse modo de vida demonstra uma vida onde o homem é visto sempre de forma servil, e escravo de seus desejos e dos prazeres que deles derivam. Esse tipo de vida pode ser visto como a preferida pelos homens, pelo fato de que na maioria das vezes, o homem se deixa guiar única e exclusivamente pelos desejos, julgando assim que esses sejam o que de fato traga a felicidade, ou até mesma seja a própria felicidade.

A vida política é o segundo modo de vida. Nesse tipo de vida, o homem busca o status, a conquista de honras, e o reconhecimento do outro é o que traz a felicidade. Ora,

nesse caso a felicidade³ não é uma ação individual, pois a mesma só é obtida através da validação de outro. Na vida política, a felicidade é oriunda de uma interpretação, de um olhar de reconhecimento do outro. Existe uma relação de dependência, é necessária uma concessão do outro. Ou seja, se não houver um “público” a olhar, a fazer a validação, não há felicidade.

O ultimo modo de vida elencado por Aristóteles, é a vida contemplativa. Podemos chegar ao tipo de vida que mais se aproxima da finalidade humana, por exclusão. Todos os três modos de vida, cada um a sua maneira são importantes na concepção de felicidade, mesmo todos eles apresentando suas complicações específicas, que não iremos tratar neste trabalho, principalmente as relacionadas a vida contemplativa, mesmo este modo de vida sendo importante para a concepção da felicidade, dar enfoque nessa questão está além do que essa pesquisa se propõe, pelo fato de que Aristóteles se dedica mais somente no livro dez. Mas mesmo assim. A fim de direcionar até onde é possível, será feita uma análise mínima deste modo de vida e o que ela acarreta e acrescenta no alcance da felicidade.

No primeiro tipo de vida aqui apresentado, temos uma vida pautada pelos desejos, e impulsionada pelas paixões, aqui fica evidente, que ao fazer escolhas, uma vez que essas são pautadas pelo desejo, mais facilmente as escolhas pode não ser as melhores, pois uma vez que o desejo fala mais alto, podemos concluir então, que essa escolha não envolve o exercício do intelecto. Com isso, este tipo de vida já não se encaixa no modelo que mais se aproxima da finalidade humana.

O segundo tipo de vida apresenta suas complicações que dificultam a busca pela finalidade humana, pelo fato de que neste modelo, busca o que seria a “felicidade” por meio de reconhecimento e status, a busca então, não é pela felicidade em si, ou seja, o desejo é por reconhecimento, aqui para atingir a finalidade desejada, se faz necessário o reconhecimento de terceiros. Assim sendo, não é possível que este modelo se aproxime da finalidade humana entendida como felicidade.

Resta-nos então o terceiro tipo de vida, a vida contemplativa. Neste modelo diferentemente dos anteriores, a busca pelo bem, pela finalidade, é feita pelo bem em si, não há busca por reconhecimento, e nem pautada por desejos e prazeres. Vale ressaltar que, segundo HOBUSS (2009, p.30), esses bens cuja finalidade é em si, são tidos como bem intrínseco, ou seja, “não são apenas bens no sentido de serem meios para a

³ Entendida nesse caso como reconhecimento.

contemplação, eles o são por si mesmos, contando enquanto vida feliz, não conjuntamente com a contemplação”. Desse modo, aqui temos uma vida que podemos denominar racional, pois, guiado pela racionalidade o homem busca o bem, sem necessitar de algo a mais, a busca é feita por si só, por este motivo, podemos dizer que este tipo de vida é o que mais se aproxima da finalidade humana, por não apresentar nenhum interesse oculto em sua busca. Temos então que, na vida contemplativa, o agir humano é orientado pela faculdade mais elevada, o que origina uma vida mais feliz. Porém, mesmo a vida contemplativa se aproximando mais do que seria uma vida mais feliz, temos que destacar que a felicidade não se reduz somente a uma vida contemplativa, porém este é um assunto que não iremos tratar neste trabalho pelo fato de que isso só será mais trabalhado na obra de Aristóteles em seu último livro, e neste trabalho nos limitamos a uma investigação somente até o terceiro livro.

1.4. Felicidade e sua duração

Segundo Aristóteles, a felicidade pode ser identificada como: virtude, sabedoria prática, ou sabedoria filosófica. Na investigação que pretendemos, ficaremos com a felicidade identificada como virtude. Até este ponto da argumentação que nos propomos relacionar a felicidade com a virtude, é fazer uma identificação com a prática de ações relacionadas com o prazer e a alegria, onde a felicidade dessa forma seria uma atividade da alma, que age conforme a virtude.

A virtude é tratada por Aristóteles como uma atitude pautada nas boas escolhas, que propiciam conseqüentemente, boas ações. É necessário um esforço para adquirir e manter a virtude.

O homem cujas ações não são virtuosas e sim, viciosas, não pode possuir uma vida guiada pelo bem agir. Ora, o bem agir se relaciona diretamente com a virtude, se isso falta ao homem, o mesmo não pode ser considerado virtuoso. O homem, mesmo tendo em sua natureza todas as contingências, contrariedades e dificuldades da vida, se a felicidade é algo almejado por ele, o mesmo necessita superar todos esses percalços, e tirar sempre o maior proveito de todas as situações, sem renunciar às ações virtuosas.

Até aqui, fica evidente que a felicidade é uma atividade da alma, que age conforme a virtude. Porém a pergunta que se faz é: Como a felicidade é adquirida? Bom

pelo fato de que, a felicidade é a melhor de todas as coisas, é evidente que possa se estabelecer uma relação com a dádiva divina. Supor isso é válido.

No entanto, mesmo que a felicidade não seja dada pelos deuses, mas ao contrário, venha como um resultado da virtude e de alguma espécie de aprendizagem ou adestramento, ela parece contar-se entre as coisas mais divinas; pois aquilo que constitui o prêmio e a finalidade da virtude se nos afigura o que de melhor existe no mundo, algo de divino e abençoado. (ARISTÓTELES, 1991, p.20)

Porém, por ser a felicidade, entendida como finalidade humana, uma atividade, ela pode ser conquistada através do estudo. Esse estudo agrega um conhecimento que visa à orientação para uma vida boa, onde as ações praticadas sejam nobres.

O grande fim, em outras palavras, não é algo que comecemos já tendo dele uma concepção ou definição plenamente desenvolvida, de modo que até mesmo a deliberação nascente já o tenha em vista. Em vez disso, é algo que precisamos primeiro definir para nós mesmos usando os métodos científicos e aporemáticos empregados tanto na *Ética a Nicômaco* como na *Ética a Eudemo*. (REEVE, 2014, p.218)

Esse processo envolve diligência, pois como nesse caso, a felicidade não é oriunda da dádiva divina, e sim pelo estudo, durante o processo haverá muitas coisas a serem ultrapassadas e principalmente superadas. Ou seja, durante o processo de “conquista” da virtude, alguns fatores podem vir a desviar e até mesmo atrapalhar o caminho a ser percorrido, por exemplo, um homem que busca a virtude e está no processo de adquiri-la necessita guiar suas ações e mediar suas escolhas para que sejam as melhores possíveis, se durante o caminho aparecer infortúnios que faça com que esse homem cogite desviar seu caminho em busca pela virtude, é necessário que haja uma força e diligência capaz de fazer com que o mesmo não se desvie do foco.

Portanto, fica claro que a conquista pela felicidade, oriunda do estudo, não é algo fácil de obter, não é um estado dado a priori. É válido ressaltar que a virtude necessita de atos contínuos, é necessário além de conhecer o que é o bem, é primordial e fator condicional possuir tal bem e ter uma conduta pautada para o que é bom, pois o que

produz a excelência pode também produzir o vício, tudo vai depender da conduta e das escolhas.

O homem por obter a felicidade através do estudo, e a felicidade ser uma atividade e necessitar de ações nobres e justas, a pergunta que pode ser feita é: Qual a duração da felicidade, essa felicidade é obtida somente na velhice, ou pode ser alcançada em qualquer “época da vida”? Segundo Aristóteles,

Se as atividades são, como dissemos, o que dá caráter à vida, nenhum homem feliz pode tornar-se desgraçado, porquanto jamais praticará atos odiosos e vis. Com efeito, o homem verdadeiramente bom e sábio suporta com dignidade, pensamos nós, todas as contingências da vida, e sempre tira o maior proveito das circunstâncias, como um general que faz o melhor uso possível do exército sob o seu comando ou um bom sapateiro faz os melhores calçados com o couro que lhe dão; e do mesmo modo com todos os outros artífices. E, se assim é, o homem feliz nunca pode tornar-se desgraçado, muito embora não alcance a beatitude se tiver uma fortuna semelhante à de Príamo. (ARISTÓTELES, 1991, p.23)

Dessa forma, mesmo que durante um determinado período da vida do homem, venha acontecer alguns percalços, uma vez que a felicidade já foi alcançada a mesma é permanente, mesmo que aconteçam alguns fracassos, ou frustrações, o estado de felicidade, é algo que não muda. O homem que é feliz, ora, que pratica ações nobres e virtuosas, e que se utiliza dos bens exteriores como instrumentos para praticar atos virtuosos, mesmo diante das vicissitudes da vida, não tende a agir mal, por possuir a capacidade de praticar ações nobres, o mesmo não se rebela, e passa por esses momentos sem transgredir seu estado de felicidade.

A questão que acabamos de discutir confirma a nossa definição, pois nenhuma função humana desfruta de tanta permanência como as atividades virtuosas, que são consideradas mais duráveis do que o próprio conhecimento das ciências. E as mais valiosas dentre elas são mais duráveis, porque os homens felizes de bom grado e com muita constância lhes dedicam os dias de sua vida; e esta parece ser a razão pela qual sempre nos lembramos deles. O atributo em apreço

pertencerá, pois, ao homem feliz, que o será durante a vida inteira; porque sempre, ou de preferência a qualquer outra coisa, estará empenhado na ação ou na contemplação virtuosa, e suportará as vicissitudes da vida com a maior nobreza e decoro, se é “verdadeiramente bom” e “honesto acima de toda censura”. (ARISTÓTELES,1991, p.22)

Assim sendo, a duração da felicidade, é permanente, e o estado de felicidade, não é algo que pode vim a ser obtido somente na velhice. Um homem que ao longo de sua vida, busca viver bem, e age sempre da melhor maneira, pratica atos virtuosos, é bom, nobre, ponderado e tira sempre o melhor proveito de toda e qualquer situação, pode-se dizer que esse já atingiu a felicidade. A felicidade não é algo que se alcance somente ao final da vida. Avaliar se existe ou não felicidade é um exercício de observar o que tem sido feito ao longo da vida, ou seja, um homem não precisava morrer para avaliar se chegou ou não em seu estado de felicidade.

Uma questão que pode surgir é em relação aos percalços, frustrações e fracassos, que acontecem durante a vida do homem⁴, esses não poderiam de certa forma, vir a afetar o estado de felicidade? Bom, esses fatos podem sim, dificultar a vida do homem, uma vez que ninguém os deseja. Porém, pelo fato de que o homem, durante toda a sua vida ter praticado atos virtuosos, tais eventualidades não apresentam grandes influências no estado de felicidade, eles podem trazer algum problemas, sim mas nada que abale a tranquilidade, ou que venha a mudar o estado de felicidade, até mesmo porque, este não muda, é permanente.

⁴ Nesse caso o homem pode estar ainda vivo, ou morto.

2. Virtude

Até então tratamos da virtude, mas sem de fato caracteriza-la .O que temos até aqui é que a virtude é a prática de boas ações que são provenientes do hábito. Um homem para ser virtuoso necessita exercitar sua racionalidade para assim fazer as melhores escolhas em qualquer situação. Porém definir a virtude e um homem virtuoso requer mais que isso.

Como já tratado anteriormente, a racionalidade é a especificidade que distingue o homem dos demais animais. O intelecto é fundamental para que se compreenda a felicidade, é a partir dela, que o homem tem a capacidade de escolher e deliberar suas ações, a fim de chegar a ações que sejam virtuosas.

Aristóteles elenca a virtude em duas categorias: intelectual e moral. A virtude intelectual é desenvolvida no homem por meio de ensino, já a virtude moral depende não essencialmente do ensino, mas do hábito, como já estamos tratando desde o capítulo anterior. Ao falarmos de virtude moral, é necessário destacar que essas virtudes:

exigem a ideia de mediedade (mesótês), ou seja, requerem a posição média entre elas, um meio-justo entre as emoções. Esse meio termo é necessário para que se evite a deficiência ou o excesso de uma emoção, pois os dois extremos são considerados vícios. Assim, a sua característica fundamental é visar às situações intermediárias nas emoções e nas ações. Por exemplo, a temperança, magnificência, a generosidade, justiça, entre outras, são disposições que visam a mesótês. (COSTA, 2014, p.169)

É válido fazer uma ressalva, tanto a virtude intelectual quanto a moral não são determinística, ou seja, não são fatores da natureza. Como diz Aristóteles (1991), “não é, pois, por natureza, nem contrariando a natureza que as virtudes se geram em nós. Diga-se, antes, que somos adaptados por natureza a recebê-las e nos tornamos perfeitos pelo hábito”. A virtude, assim como o vício, é adquirida pelo exercício, e necessita de deliberação e uma ação voluntária, que busquem meios para se alcançar o fim pretendido. Porém, esse exercício necessita de um conhecimento prévio, é necessário que ao agir o homem tenha conhecimento de suas ações.

Contudo, o mesmo meio que pode trazer a virtude pode também a destruir. Conviver em comunidade não é algo simples. O homem mesmo possuindo a mesma etnia de seu semelhante, possui suas características, qualidades e defeitos próprios, por esse motivo o convívio se torna na maioria das vezes complicado, pelo fato de que cada um tem suas especificidades. Cada um possui suas ações e escolhas, e por isso é necessário cuidado, pois um mesmo ato praticado pelo homem pode o tornar, por exemplo, justo ou injusto.

Assim como toda arte: de tocar a lira surgem os bons e os maus músicos. Isso também vale para os arquitetos e todos os demais; construindo bem, tornam-se bons arquitetos; construindo mal, maus. Se não fosse assim não haveria necessidade de mestres, e todos os homens teriam nascido bons ou maus em seu ofício.

Isso, pois, é o que também ocorre com as virtudes: pelos atos que praticamos em nossas relações com os homens nos tornamos justos ou injustos; pelo que fazemos em presença do perigo e pelo hábito do medo ou da ousadia, nos tornamos valentes ou covardes. O mesmo se pode dizer dos apetites da emoção da ira: uns se tornam temperantes e calmos, outros intemperantes e irascíveis, portando-se de um modo ou de outro em igualdade de circunstâncias. (ARISTÓTELES, 1991, p.30)

Para que a virtude não seja destruída, é necessário sempre “olhar” com cuidado para o ato a ser praticado, e acima de tudo desde a infância se faz necessário ter o hábito da prática de boas ações.

Nessa direção, merece destaque os atos praticados pelo homem, esse destaque se dá pelo fato de que é a partir deles que surgem os estados de caráter. Segundo o filósofo, os atos devem estar pautados de acordo com uma regra justa, levando em consideração a prudência e moderação diante das ações. Se atentar a isso é a forma de se esquivar dos excessos, pois tanto a falta como também o excessos podem destruir a eficácia do valor da ação, destruindo assim também a possibilidade de uma ação virtuosa. Uma regra justa é aquela em que, o homem ao agir saiba lidar com prudência, ou seja, diante de determinada situação onde a coragem se faz necessária, a regra justa pra tal situação é uma ação onde o homem não fuja por temer o que poderá acontecer, mas também não tenha medo de nada e vá sem ao menos se preocupar com os perigos que seu ato pode trazer.

Tanto a deficiência como o excesso de exercício destroem a força; e, da mesma forma. O alimento ou a bebida que ultrapassem determinados limites, tanto para mais como para menos, destroem a saúde ao passo que, sendo tomados nas devidas proporções, a produzem, aumentam e preservam. (ARISTÓTELES, 1991, p.31)

Contudo, uma ressalva é importante, é necessário que se tenha um cuidado maior sobre as emoções, pois o prazer e a dor são também sinais determinantes do caráter. É necessário, como disse Platão, uma boa educação, para assim saber delimitar as sensações. Ora, é da natureza humana buscar as paixões, os prazeres e fugir das dores. Porém, mesmo que o prazer e as paixões possam causar alegria, escolher tal caminho pode indicar um excesso, e isso pode levar a escolhas erradas e conseqüentemente a ações erradas. Mas isso não indica que optar pelas paixões será sempre um erro, a grande questão é saber evitar o mal que ele pode vir a causar, e para isso é necessário a regra justa.

Demos por assentado, pois, que a virtude tem que ver com prazeres e dores; que, pelos mesmos atos de que origina, tanto é acrescida como, se tais atos são praticados de modo diferente, destruída; e que os atos de onde surgiu a virtude são os mesmos em que ela se atualiza. (ARISTÓTELES, 1991, p.34)

Outro fator extremamente importante quando se fala em virtude é: as condições para a posse da mesma. Para que uma ação seja virtuosa são necessárias três condições: conhecer o que se faz; escolher os atos; a ação deve proceder de um caráter firme e imutável. Porém para que essa ação seja virtuosa é necessário que as três condições sejam efetivadas.

Na primeira condição ao conhecer o que faz, esse conhecimento deve ser voluntário, ou seja, ao se dispor a fazer determinada ação, o homem deve ter conhecimento do que está fazendo, e a escolha em fazer deve ser voluntária, deve haver uma disposição em realizar a ação.

Na segunda condição, ao escolher os atos, esses devem ser acertados e justos, deve haver uma moderação e consciência de que o ato escolhido é o melhor que poderia

existir. Nesse sentido, essa escolha reflete a racionalidade, ao escolher o que será melhor em determinada situação, é possível observar que a escolha não é pautada por emoções. Por este motivo, uma vez que os atos escolhidos são os melhores que poderiam existir, ou seja, uma escolha guiada para um caminho que é favorável ao exercício do ato moral, e conseqüentemente, virtuoso.

E como terceira condição, a ação deve proceder de um caráter firme e imutável. Aqui é necessário saber que mesmo a ação sendo virtuosa, se não vier de um caráter firme e imutável de nada adianta. Para essa condição é necessário observar os atos passados da pessoa que está praticando a ação, pois se os atos anteriores não forem imutáveis ou se o caráter não for firme essas três condições não se efetivam.

2.1. O que é a virtude?

De fato, ainda não foi dado um significado concreto para o que seja realmente a virtude, até então foi falado da natureza dos atos, de como a virtude é elencada e as condições para a mesma.

O caminho que Aristóteles percorre é dos meios para o fim, ora, ele indica quais são os meios para se chegar à virtude, ou seja, como nossas ações interferem positiva ou negativamente na busca pelo que seria uma vida virtuosa, e somente no capítulo cinco do livro dois, ele começa a descrever o que seria a virtude. Bom, segundo Aristóteles (1991) “na alma encontram-se três espécies de coisas – paixões, faculdades e disposições de caráter -, a virtude deve pertencer a uma destas”.

Definir a virtude como paixões e faculdades são possibilidades que podem ser descartadas logo de cara, isso porque, por paixões entende-se todos aqueles sentimentos que remetem a dor e ao prazer. Pois bem, se a virtude fosse definida por paixões, isso ocasionaria um problema, pelo fato de que, uma vez os sentimentos remetem ao prazer e a dor, e nessa escala de prazer e dor, não haveria somente sentimentos bons, pelo contrário, o prazer, por exemplo, é visto na maioria das vezes como causa dos vícios, ou induz o homem a praticar atos que inicialmente pode lhe parecer bom (levam ao prazer), mas na verdade diante de sua escolha pode gerar algum mal, ou até mesmo desencadear uma escolha errada.

O mesmo se dá com as faculdades, por faculdades entendem-se todas as coisas que nós fazem sentir o que as paixões despertam, ou seja, é através das faculdades que

somos capazes de sentir todas as emoções ocasionadas pelas paixões. Por paixões entendem-se todas aquelas afecções que causam mudanças no homem. Por exemplo, um homem que está a dirigir em uma rodovia movimentada, e que por um descuido acaba se envolvendo em um acidente, o sentimento de medo que esse irá sentir é um tipo de emoção que foi despertada pelas faculdades, após o acidente o homem que antes sentia medo, sentirá alívio (supondo aqui que nada de grave tenha acontecido), dessa forma, há uma mudança de sentimentos/emoções, que são ocasionadas pelas faculdades.

Dessa forma só nos resta uma opção, a virtude seria então uma disposição de caráter? Aristóteles (1991) traduz “por disposições de caráter, as coisas em virtude das quais nossa posição com referência às paixões é boa ou má”. Digamos que, um homem que se vê diante de uma situação onde envolve perigo, por exemplo, um incêndio, se o mesmo ao avaliar a situação vê que consegue salvar uma das vítimas sem que coloque sua vida e a da vítima em risco, vai até o local e a salva, a posição tomada é boa, pois foi corajoso. Mas se esse homem não avalia com cautela e age sem pensar, ou até mesmo decide não fazer nada, mesmo sabendo que pode fazer alguma coisa, a posição tomada é má, pois faltou por excesso ao não medir as consequências, ou faltou pela falta de coragem, quando teve medo e optou por não se envolver.

Por outro lado, sentimos cólera e medo sem nenhuma escolha de nossa parte, mas as virtudes são modalidades de escolha, ou envolvem escolha. Além disso, com respeito às paixões se diz que somos movidos, mas com respeito às virtudes e aos vícios não se diz que somos movidos, e sim que temos tal ou tal disposição.

Por estas mesmas razões, também não são faculdades, porquanto ninguém nos chama bons ou maus, nem nos louva ou censura pela simples capacidade de sentir paixões. Acresce que possuímos as faculdades por natureza, mas não nos tornamos bons ou maus por natureza. (ARISTÓTELES, 1991, p.36)

A virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consiste numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática. E é um meio-termo entre dois vícios, um por excesso e outro por falta; pois que, enquanto os vícios ou vão muito longe ou ficam aquém do que é conveniente no tocante às ações e paixões, a

virtude encontra e escolhe o meio-termo. E assim, no que toca à sua substância e à definição que lhe estabelece a essência, a virtude é uma mediania; com referência ao sumo bem e ao mais justo, é, porém, um extremo. (ARISTÓTELES, 1991, p.38)

Em suma, como foi visto a virtude é definida como uma disposição de caráter, conseqüentemente por se originar das boas escolhas que são feitas em alguma ação, sempre será condicionado a essa disposição, acerto e louvor nessas ações. Dessa forma, por envolver ações e escolhas, como já visto anteriormente, a disposição de caráter necessita fazer referencia às paixões, levando diretamente ao conceito e noção de meio termo ou mediania.

2.2. Divisão dos bens – pressuposto para a virtude

Como dito anteriormente, o bem pode ser dito de varias formas. E por esse motivo, ele apresenta uma divisão, entre: bens exteriores e bens interiores. Os bens exteriores levando em consideração toda a nossa investigação, não faz sentido para nós entrar em detalhes sobre ele, uma vez que nossa investigação se pauta em assuntos relacionados com a alma humana, por este motivo iremos analisar somente os bens interiores.

.Esses bens são os que mais se aproxima do bem supremo, pois tais bens relacionam o bem agir e viver.

O bem viver e o bem agir estão relacionados com a educação que o homem recebe. É necessário ao homem agir sempre da melhor maneira possível, e para que isso ocorra, é necessário o hábito, ou seja, de inicio o homem começa por praticar pequenas ações, como por exemplo, exercitar o senso de justiça socialmente, ser ponderado diante das situações corriqueiras, etc. Dessa forma, as ações praticadas diariamente, aos poucos vão se tornado um hábito.

Uma vez que, a felicidade pode vir a ser definida como uma relação entre bem viver e bem agir, um homem que não tem prazer em agir segundo a justiça, ou prazer em praticar o bem, não pode ser chamado de um homem que possui ações nobres, e conseqüentemente não se pode dizer que o mesmo age bem, no sentido completo do termo. Essa relação entre o bem agir e bem viver, pode parecer confusa, porém, é fácil

de entender quando se lembra da virtude. Se as ações humanas uma vez praticadas diariamente se refletem em hábitos, e o hábito virá a ser uma virtude que se manifesta em todas as ações praticadas, um homem que foi educado, e tem por hábito a prática de boas ações, se essa educação foi de fato uma educação para a virtude, esse homem não só terá uma vida boa, como também todas as ações advindas deles refletirão essa bondade. Ou seja, ao praticar uma ação, ao próximo, por exemplo, e essa ação além de ser boa, lhe causar prazer, pelo simples fato de poder ajudar, esse se pode dizer que possui o bem viver e o bem agir. Porém, aquele que, pratica uma ação boa, mas não pelo prazer da ação, mas sim pensando talvez no que esse ato pode vir a lhe ser favorável, esse não pode ser caracterizado por alguém que viva e age bem.

Contudo, a diferenciação se dá, pelo fato de que, para que a relação entre agir bem e viver bem, se concretize, é necessário que a educação tenha sido feita para a virtude, e não uma “educação” que priorize o que virá a acrescentar positivamente após a ação praticada. O agir e viver bem, estão associados à excelência humana, ou seja, com a virtude. Sendo a virtude a essência da felicidade, e ligada diretamente à natureza do homem, todas as ações praticadas que visam o bem viver e agir devem estar de acordo com a virtude.

2.3. Mediania

A mediania ou meio termo, é um meio entre dois extremos. Esses extremos (falta e excesso) são tidos por Aristóteles como atos prejudiciais, pois impedem o equilíbrio, e são prejudiciais ao homem. Segundo Lorenzetti, tanto o excesso quanto a deficiência são prejudiciais à saúde. Um homem que, por exemplo, não pratica nenhum tipo de atividade física, por deficiência vem a prejudicar a saúde, o contrário também é válido, aquele que passa o dia todo a praticar atividades físicas sem nenhuma cautela e moderação, prejudica sua saúde pelo excesso.

Nessa direção, a melhor forma de cumprir a natureza humana é a mediania. Com isso, conclui-se então que, a mediania é a explanação da virtude, já o excesso e a falta, são os próprios vícios, pois para ser bom, existe apenas um modo (a virtude), mas para ser mau, há várias formas (os vícios).

Uma ressalva é importante, a existência do meio termo não se faz presente em todas as ações e paixões. Algumas coisas são más por natureza, e nessas o meio termo

não se aplica. Ora, um adultério, por exemplo, não possui nenhuma condição de meio termo, é um ato mal por si só. Não existe a possibilidade de uma escolha certa, ou até mesmo um momento certo para cometê-lo, e até a pessoa certa para cometer. Neste caso não existe falta ou excesso. Com isso é possível estabelecer que o meio termo não possa ser visto como uma regra geral, e sim como algo que pode ser aplicado em determinadas situações, não todas.

Certamente, um treinador de cavalos, responsável pela escolha da sua dieta, não escolherá uma única e a mesma dieta para todos, mas sim uma para o velho Bucéfalo, outra para o jovem e agitado Pégaso e outra para Xantipa que está prenhe e, ainda, diferentemente no inverno e no verão, de acordo com a quantidade de exercícios que eles realizam, etc. (KRAUT, 2009, p.101.)

O objetivo de Aristóteles com a mediania é mostrar que existe uma intervenção, e que não é possível ser virtuoso sem fazer uso da razão, ou seja, a parte racional da alma interfere diretamente na virtude. Segundo Giovanni Reale,

Está claro que a mediania não é uma espécie de mediocridade, mas sim “uma culminância”, um valor, considerando que é vitória da razão sobre os instintos. Aqui, há quase que uma síntese de toda aquela sabedoria grega que havia encontrado sua expressão típica nos poetas gnômicos, nos Sete Sábios, que haviam identificado no “meio caminho”, no “nada excesso” e na “justa medida” a regra suprema do agir, assim como há também a aquisição da lição pitagórica que identificava a perfeição no “limite” e ainda, por fim, há uma exploração do conceito de “justa medida”, que desempenha um papel tão importante em Platão. (REALE,1990, p.205)

Dessa forma, assim como diz Reale, fica claro que a mediania, é um caminho que implica diretamente na virtude. É necessário aqui, deixar claro que a virtude relacionada a moral, se relaciona com o fazer e realizar o bem, e para tal, se faz necessário chamar a atenção para a escolha, que diz respeito aos meios que se utilizam para chegar ao fim pretendido. Esse “fazer e realizar bem”, diz respeito a uma pratica individual, ou seja, faz referência a conduta de cada um.

A importância do meio termo se explica pelo fato de que ele evita que o homem cometa falhas, seja essas pelo pouco ou pelo muito.

Ainda sobre as disposições de caráter, Aristóteles a classifica em três tipos: vícios (excesso e falta) e a virtude. O que acontece muitas das vezes é um jogo, em que uma dessas disposições se opõe as outras duas. Os extremos (excesso e falta) ficam em um “jogo de empurra”, onde o objeto a ser empurrado é a mediania. É certo que há contrariedade entre as disposições, mas essa contrariedade é ainda maior entre os extremos do que entre um extremo e o meio termo/mediania. Porém, os extremos apresentam uma semelhança, ainda que pequena com o meio termo, já os extremos se afastam um do outro. Isso se explica, pela proximidade, ora, uma vez que, os extremos estão mais próximos do meio-termo, eles se assemelham. Contudo, o mais contrário ao meio-termo, ora é a falta, ora é o excesso, assim sendo, as coisas que tendem a se afastar do meio termo, são por vezes mais contrárias a ele.

Por exemplo, nós próprios tendemos mais naturalmente para os prazeres, e por isso somos mais facilmente levados à intemperança do que à contenção. Daí dizermos mais contrários ao meio-termo aqueles extremos a que nos deixamos arrastar com mais frequência; e por isso a intemperança, que é um excesso, é mais contrária à temperança. (ARISTÓTELES, 1991, p.43)

Por conseguinte,

Está, pois, suficientemente esclarecido que a virtude moral é um meio-termo, e em que sentido devemos entender esta expressão; e que é um meio-termo entre dois vícios, um dos quais envolve excesso e o outro deficiência, e isso porque a sua natureza é visar à mediania nas paixões e nos atos. (ARISTÓTELES, 1991, p.44)

Dessa forma, para o homem ser bom é necessário que ele encontre o meio termo, porém essa busca pelo meio termo não é fácil, conseqüentemente se tornar bom não é algo simples. Uma possibilidade de se aproximar do meio termo, seria talvez utilizar o prazer e a dor como indicadores.

Outra forma de atingir o meio termo seria a análise de parâmetros, isso nada mais é que, mostrar como evitar as falhas, os excessos e erros. Em outras palavras, demonstrar a maneira correta de agir diante de determinada situação, por exemplo,

como ter medo na medida e na hora certa, evitando assim a falta de medo, ou excesso de medo.

3. Papel do ato voluntário e involuntário para o alcance da felicidade

Podemos ver que, tudo o que foi tratado até aqui, se relaciona diretamente com o papel das ações humanas, a fim de amarrar e finalmente responder a questão que nos propomos a investigar neste trabalho, é de suma importância, dar um espaço especial para o papel das ações, ou seja, como nossas ações podem vir a atrapalhar ou beneficiar na busca pela virtude. Natali (1996, p.101) defende que “a teoria da ação tem uma posição central” na filosofia prática de Aristóteles, e será possível ver isso claramente no final deste capítulo.

No capítulo anterior, vimos que a virtude é uma disposição de caráter que está associada às escolhas, e por este motivo, é crucial se dedicar ao estudo das ações. Boa parte do livro III da *Ética a Nicômaco* é dedicado à distinção das ações voluntária e involuntária, e com isso Aristóteles faz também uma análise da responsabilidade moral, sendo essas condições para a virtude.

Nas linhas iniciais do livro III, Aristóteles nos diz que a virtude tem a ver com paixões e ações, tais ações sendo voluntárias não merecem louvor e nem censura, mas se forem ações involuntárias, por vezes merecem piedade e perdão. A distinção de tais ações será útil para o legislador e também para sabermos como tais ações afetam o alcance da felicidade, e nos aproxima ou afasta da virtude. A importância dessa diferenciação é fundamental para que seja possível entender qual dessas é fator benéfico para o alcance da virtude. Segundo Kraut (2009,p.136), “a distinção entre voluntário e involuntário estabelece a diferença entre o que nós chamaríamos de comportamento intencional e não intencional”, e ao fazermos tal diferenciação segundo a *Ética Nicômaco*, é possível ver que esse pensamento de Kraut faz sentido.

Diferentemente do método dialético comumente utilizado por Aristóteles, ao fazer a distinção das ações, ele já parte pra definição do que seria a ação involuntária, sendo:

São, pois, consideradas involuntárias aquelas coisas que ocorrem sob compulsão ou por ignorância; e é compulsório ou forçado aquilo cujo princípio motor se encontra fora de nós e para o qual em nada contribui a pessoa que age e que sente a

paixão — por exemplo, se tal pessoa fosse levada a alguma parte pelo vento ou por homens que dela se houvessem apoderado. . (ARISTÓTELES, 1991, p.45).

Em contrariedade a definição da ação involuntária, temos a definição da ação voluntária:

Ora, o homem age voluntariamente, pois nele se encontra o princípio que move as partes apropriadas do corpo em tais ações; e aquelas coisas cujo princípio motor está em nós, em nós está igualmente o fazê-las ou não as fazer. (ARISTÓTELES, 1991, p.45).

Ora, ao analisarmos essas definições de ação involuntária e voluntária, de acordo com alguns exemplos dado por Aristóteles, nos deparamos com a incapacidade das duas definições de explicar determinadas situações, como o exemplo dado por Aristóteles, caso um homem tenha sua família sob o poder de um tirano, e a única possibilidade de salvar os seus, é praticar um ato vil, pode-se dizer que a ação do homem é compulsória, não sendo voluntária? Aqui temos um novo tipo de ação, a mista, onde a escolha é feita a fim de evitar um mal maior. Analisando este exemplo, constatamos que diante dessa situação, o homem poderia simplesmente deixar sua família refém do tirano, com isso, o homem não estaria agindo a fim de evitar um mal ainda maior, o que provocaria males insuportáveis à capacidade humana.

Pois bem, o que temos até agora é que, ao falarmos de ações voluntárias, entendemos que o homem possui responsabilidade sob a ação que executa, dessa forma há uma voluntariedade, onde a responsabilidade é intransferível. Já as ações involuntárias se caracterizam pela ignorância sobre as circunstâncias, para, além disso, para um ato ser classificado como involuntário, se faz necessário que haja por parte de quem o cometeu, o sentimento de arrependimento. Mas Aristóteles faz uma ressalva importante, a distinção entre os atos cometidos por ignorância, e os cometidos em estado de ignorância. Ora, não seriam essas duas possibilidades uma única coisa? Segundo o filósofo, não. Essa negação pode ser explicada pelo fato de que, quando o ato praticado é feito por ignorância, a ação é determinada como não voluntária, pois o autor de certa forma possui responsabilidade na ação, mas se o ato é praticado

ignorando o que pode vir a ocasionar tal ação, o homem está agindo então em estado de ignorância, pois simplesmente ignora os possíveis resultados provenientes de seu ato. Um homem raivoso, por exemplo, não age por ignorância, e sim em estado de ignorância.

Tudo o que se faz por ignorância é não voluntário, e só o que produz dor e arrependimento é involuntário. Com efeito, o homem que fez alguma coisa devido à ignorância e não se aflige em absoluto com o seu ato não agiu voluntariamente, visto que não sabia o que fazia; mas tampouco agiu involuntariamente, já que isso não lhe causa dor alguma. E assim, das pessoas que agem por ignorância, as que se arrependem são consideradas agentes involuntários, e as que não se arrependem podem ser chamadas agentes não voluntários, visto diferirem das primeiras; em razão dessa própria diferença, devem ter uma denominação distinta. Agir por ignorância parece diferir também de agir na ignorância, pois do homem embriagado ou enfurecido diz-se que age não em resultado da ignorância, mas de uma das causas mencionadas, e, contudo sem conhecimento do que faz, mas na ignorância. (ARISTÓTELES, 1991, p.47).

Como no exemplo dado anteriormente, do homem raivoso, o mesmo age por ignorância, pois ao praticar determinada ação, seu estado atual é de raiva. Dessa forma as ações provenientes deste estado serão involuntárias, mas se não houver arrependimento e todas as vezes em que estiver com raiva agir da mesma forma, a ação será não voluntária.

3.1. Responsabilidade Moral

A fim de elucidar como as ações podem se afastar ou se aproximar da virtude, é importante que se tome nota acerca da responsabilidade moral que recai sob cada ação. É necessário ressaltar que na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles em momento algum, faz menção direta ao termo “responsabilidade moral”, porém para entendermos claramente o papel das ações na busca pela virtude, se faz necessário explorar esse assunto.

A responsabilidade moral esta ligada a uma avaliação moral, onde as ações do homem podem ser atribuídas louvor ou censura. Com isso, esbarramos como já mencionado anteriormente, na noção de ato voluntário, que é a condição principal para se atribuir ao agente responsabilidade moral. Às decisões que são tomadas pelo homem também se aplica a responsabilidade moral. Por exemplo, o homem que tem sua família sob as mãos do tirano tem a possibilidade de escolher entre ceder ao desejo do tirano, ou abrir mão da vida de seus entes. Supondo que o homem decida não ceder ao desejo do tirando, conseqüentemente, o tirano terá total poder de decisão a cerca da família desse homem. Bom, se o tirano decidir matar a família do homem a responsabilidade então é do homem ou do tirano, ora, mesmo o homem tendo a opção de escolher entre sua vida e a de seus entes, tal escolha não faz com que ele delibere o que o tirano fará com os seus, a questão primordial aqui nesse caso não é o que o tirano fará, mas sim o que o homem escolheu, pois a partir do momento que o homem abre mão de sua família e os deixa sob o poder do tirano, o que o tirano faz a partir disso, é uma escolha deliberada dele, o homem nesse caso não tem uma responsabilidade direta com a ação do tirano, pois a mesma não está no seu controle.

Bom supondo que, para tirar sua família das mãos do tirano, a condição fosse o homem se submeter a ações que o levasse a perder sua dignidade, como por exemplo, viver sob o poder do tirano, sem nenhum direito, ou seja, o homem se tornaria um escravo do tirano, onde o mesmo seria seu “dono”, e o homem não teria mais nenhum poder de escolha, ao optar em salvar os seus, a responsabilidade moral aplicada seria uma ação conivente com a vontade do tirano, pois o agente abriu mão da sua vida para salvar os seus, porém se a escolha fosse outra, se o homem optasse por deixar sua família sob poder do tirano, sua ação seria censurada, pois se optou pela sua própria vida, e simplesmente abandonou seus entes. Ora, mas essa ação pode de fato ser censurada? Partindo do princípio de que houve uma escolha deliberada, e que o homem optou pelo que para ele seria o melhor, e descartando todos os fatores provenientes dessa escolha, a resposta pode ser negativa. Mas o objetivo aqui não é a virtude? Dessa forma, podemos interpretar que, ao abandonar sua família e optar pela própria vida, essa ação pode ser censurada, pelo fato de que, na busca pela virtude, é necessário sempre praticar as melhores ações, tendo em vista sempre o bem.

Com isso, temos que o papel da responsabilidade moral, atrelado as ações é crucial para se alcançar as virtudes e obter a eudaimonia. O que podemos ver até aqui, é

que se faz necessário um cuidado especial em todas as ações praticada pelo agente, se há o desejo pela virtude e posteriormente o alcance da eudaimonia, o agente deve sempre se atentar para os resultados que seus atos podem causar.

3.2. Escolha e deliberação

No capítulo 2 do livro III, Aristóteles inicia sua análise a respeito da escolha. Segundo o filósofo, escolha implica uma ação voluntária. Essa escolha não pode ser condicionada por apetites ou impulsividade. Alguém poderia confundir escolha com querer, quanto a isso é necessário um esclarecimento, o querer é uma forma de desejo acompanhado pela razão, por ser um desejo, o mesmo pode querer por vezes coisas consideradas impossíveis, e é nisso que se diferencia da escolha, pois a escolha visa meios, e esses meios buscam somente coisas possíveis. A escolha refere-se ao bem e ao mal, e somos julgados pelo que escolhemos, dessa forma, podemos concluir que a escolha possui relação com aquilo que está sob nosso poder, por exemplo, se eu desejo ser saudável, eu preciso escolher atos que me propiciará ter saúde, pois as escolhas dos atos é algo que está sob meu poder, ora, se eu desejo ser saudável, eu preciso escolher ações que levem a conseguir a saúde, como por exemplo uma alimentação mais saudável, ou a pratica de esportes.

É possível observar que tudo está condicionada as ações, para se chegar a virtude se faz necessária uma ação correta, tal ação acarreta a possibilidade para além da virtude, o bem maior que é a felicidade.

Aristóteles, [...], apregoava que o Bem Maior é a felicidade. A felicidade não é um “estado de espírito”, ou algo momentâneo e passageiro, pois ela é uma atividade e se encontra nas atitudes humanas que são virtuosas, que conduzem ao bem-estar pelo hábito voluntário que segue a escolha (ou preferência) que resulta da deliberação. A intenção correta confere valor ao ato e, por isso, ela é a alternativa certa que o cidadão deve seguir, cotidianamente (SCHIO, 2009, p. 77).

Através da ação é possível observar a moral de forma completa, pois a pratica de um ato envolve, a vontade, desejos e principalmente a razão, e tal ação da condição para que o ato praticado se ligue a virtude perfeita, uma vez que este ato seja correto,

considerando todos os aspectos que já abordamos anteriormente. Com essa passagem de Schio, fica claro que a virtude está diretamente relacionada com o processo de escolha, por meio da deliberação. Porém é necessário ressaltar que uma escolha deliberada precisa necessariamente satisfazer às condições impostas pela virtude, tendo por princípio o comando do intelecto.

O homem virtuoso não só age bem, como também apreende as razões de seu agir; ao apreendê-las, se torna prudente. Aristóteles precisa destes dois termos para mapear com mais exatidão o domínio da virtude: enquanto no prudente é ressaltado o papel da virtude intelectual que opera no interior das virtudes morais, no virtuoso o que é posto em realce é o fato de suas disposições serem virtuosas ou moralmente boas (ZINGANO, 2008, p.197).

Aqui podemos ver como Zingano expressa a manifestação de um ato virtuoso, segundo o pensamento Aristotélico, com isso, podemos concluir que, o papel da escolha deliberada esta condicionada diretamente com a virtude perfeita, pois essa escolha interfere no julgamento e nas decisões que antecedem o ato final, podendo assim levar a virtude perfeita, caso tal escolha seja correta segundo tudo o que já analisamos até aqui.

Aristóteles faz também uma distinção entre escolha e vontade, como já temos o conceito de escolha, nos atentaremos agora, ao que ele diz sobre a vontade. Segundo o filósofo a vontade se refere aos fins e ao bem. Uma vez que a vontade tende para um determinado fim, e esse fim tende a ser um bem, essa escolha pelo bem não pode ser visto como algo objetivo, pois cada um tem uma concepção diferente do que seja o bem.

A partir do momento que já temos por definido a noção de escolha, nossa análise passa para o que seria então a escolha deliberada? A deliberação, diz respeito sobre coisas que dependem da realização do agente, seu resultado pode ser diferente, se a escolha também for diferente. É uma forma de resolver determinado assunto, mas que necessita de um agente para tal. Por exemplo, um médico não delibera se deverá curar o enfermo, sua deliberação é a respeito dos melhores meios possíveis pra alcançar a cura, ou seja, a deliberação não visa fins, uma vez que se sabe qual é o fim desejado, a deliberação se preocupa com os meios. Se no caso desse enfermo, o médico deliberar

por um determinado medicamento, e ao passo que o tratamento vá se realizando, não se obtém o resultado esperado, se faz necessário à busca por outros meios, ou seja, quando um só meio não é suficiente para alcançar o objetivo, que é o fim, temos a busca por meios intermediários para obter o fim. Com isso, fica claro que o objeto da escolha e da deliberação é o mesmo, porém a deliberação antecede a escolha, uma vez que mostra quais os meios possíveis para o alcance do fim desejado, mas suponhamos que, mesmo com os meios intermediários, não haja mais meios possíveis para se alcançar o fim, ora, nesse caso há uma interrupção da deliberação, e entende-se que o fim desejado é impossível.

Ou seja,

Não deliberamos acerca de fins, mas a respeito de meios. Um médico, por exemplo, não delibera se há de curar ou não, nem um orador se há de persuadir, nem um estadista se há de implantar a ordem pública, nem qualquer outro delibera a respeito de sua finalidade. Dão a finalidade por estabelecida e consideram a maneira e os meios de alcançá-la; e, se parece poder ser alcançada por vários meios, procuram o mais fácil e o mais eficaz; e se por um só, examinam como será alcançada por ele, e por que outro meio alcançar esse primeiro, até chegar ao primeiro princípio, que na ordem de descobrimento é o último. (ARISTÓTELES, 1991, p.53).

Ao falarmos de escolha deliberada, é necessário observar que a ação do agente, deve levar em consideração também as circunstâncias externas, pois essas podem muito bem fazer com que o agente virtuoso não consiga realizar tal ação devido a essas circunstâncias. E o mesmo pode dizer do agente vicioso. Dessa forma, podemos concluir que a escolha deliberada é aquela que nos permite enxergar o caráter do agente, pois quando o agente escolhe deliberadamente a ação que se dá a partir disso, demonstra para além das circunstâncias que envolve a escolha, todos os fatores que o levaram a escolher deliberadamente determinada coisa ou ação, e isso casa diretamente com o caráter do agente, uma vez que cada pessoa pode escolher diferentemente, cerca de uma mesma situação, o que distingue a escolha de cada um é exatamente o caráter de cada um.

Considerações Finais

Este trabalho teve a pretensão de fazer uma análise a fim de evidenciar qual a relação entre felicidade e virtude, e demonstrar qual o papel das ações humanas presente nessa relação. Inicialmente, quando foi pensado o objetivo do trabalho, a grande questão que parecia ser o foco principal, e plano de fundo para conseguir responder a questão dessa investigação, era a noção de felicidade, porém ao longo do processo foi possível perceber que o gancho necessário para conseguir concluir o objetivo, para além de estabelecer o que de fato é a felicidade, é a ação humana, que até então tinha sido pensada somente como um “degrau” que levaria a conclusão desejada, que no caso era estabelecer qual a relação entre felicidade e virtude, tendo a ação somente como um caminho a ser perpassado.

Neste trabalho, definimos a felicidade como o melhor de todas as coisas, ou seja, o sumo bem, que como vimos no primeiro capítulo é o melhor de todos os bens. Com essa definição é possível visualizar como a ação já começa a se manifestar. Ora, uma vez em que a felicidade é o melhor de todos os bens, para obter este bem é necessário que se percorra caminhos que só serão possíveis por meio de escolhas, sendo que essas escolhas se originam das ações.

No segundo capítulo tratamos a questão da virtude, e por virtude entendemos uma disposição de caráter, que se origina de boas escolhas, consistindo assim em uma mediania. Aqui a presença das ações é manifestada diretamente, pois é impossível pensar em virtude sem fazer associação direta com as ações humanas.

Dessa forma, é possível entender a importância do terceiro capítulo, pois a ação é um tema central para entender e estabelecer a relação entre felicidade e virtude. Na relação que nos propomos, o tipo de ação que nos importa é a ação voluntária, pois é sobre ela que é possível atribuir responsabilidade ao agente. Neste sentido, é válido ressaltar também a importância da escolha deliberada, pois para que a ação possa ser vista como virtuosa, a escolha por determinado ato, diante de uma situação qualquer, não pode se pautar em impulsividade, pelo contrário exige uma capacidade racional, para optar pelo melhor. Ora, aquele homem que diante de uma situação mesmo sabendo que a ação é errada opta por cometê-la.

Mas afinal qual a relação entre felicidade e virtude? A resposta é simples, sem a virtude não há felicidade, e essa relação é norteada como foi visto, pela teoria das ações. Existe uma consonância, uma vez em que a virtude está relacionada com as ações escolhidas, e essas tem que ser as melhores, e sendo a felicidade o melhor de todos os bens, onde esse bem final só é possível ser atingido por meio de ações, podemos concluir então que a relação é direta e unívoca. Mas uma ressalva é importante, para atingir essa virtude e consequentemente a felicidade, não basta somente praticar as melhores ações aleatoriamente, muitas pelo contrário, se faz necessário uma ordenação constante de ações, em outras palavras, é necessário sempre se preocupar e ter uma vida orientada pelo bem viver e bem agir, pois não significa que ao tomar uma única ação acertada a felicidade já é uma garantia, não, como foi visto no primeiro capítulo é necessário estudo e prática constante, para que se conquiste a virtude e automaticamente a felicidade. Dessa forma, não podemos dizer que todos aqueles que são virtuosos alcançam a felicidade, considerar isso seria um erro, pois somente aqueles que possuem a virtude completa, ou seja, aquela pautada sempre pelo bem viver e bem agir, alcançam a felicidade. O que podemos concluir então é que, como demonstra MALINOSKI e SILVA (p.4) “a felicidade não é um bem realizável totalmente, mas é um bem que se busca constantemente na ação de viver”, ou seja, para alcançar a felicidade é necessário estar sempre buscando, como já dito anteriormente, o bem viver e bem agir.

Levando em consideração todas as ponderações que foram feitas ao longo deste trabalho, ZINGANO (2010, p.43) traz a tona um questionamento interessante de se pensar: “na prática, até que ponto vão os seres humanos no planejamento de suas vidas em busca de um fim último”? Ora, entendendo este fim último como felicidade, podemos dizer que essa busca é constante, por mais que possa parecer uma questão de senso comum, todos os homens desejam a felicidade, e para consegui-la, estão a todo tempo fazendo planos e buscas, que possam levar a esse objetivo final.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES - *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo 1991 – Nova Cultural; Os Pensadores v.2.

COSTA, Thais Cristina Alves. *Eudaimonia e o problema das ações virtuosas em Aristóteles*. Griot-Revista de Filosofia: v.10, n. 2, dez./2014. Disponível em: <www2.ufrb.edu.br/griot/images/vol10-n2.pdf> Acesso em: 15 mai.2019

HOBUSS, J. *Eudaimonia e autossuficiência em Aristóteles*. UFPel/ ed. Universitária: Pelotas, 2009.

KRAUT, R. ...(et al) – Aristóteles: *A Ética a Nicômaco*. Tradução Alfredo Storck ... (et al). Porto Alegre 2009 – Artmed

MALINOSKI, J e SILVA, S , *Felicidade, o bem supremo, no livro I da obra Ética a Nicômaco, de Aristóteles*. Disponível em <http://coral.ufsm.br/gpforma> . Acesso em: 17 mai. 2019

NATALI, C. – *A Base Metafísica da Teoria Aristotélica da Ação*. Analytica, Rio de Janeiro, vol 1, número 3, 1996.

REEVE, C. D. C – *Ação, contemplação e felicidade*. Tradução Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Edições Loyola, 2014. (Coleção Aristotélica)

REALE, G – *História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média* . Giovanni Reale, Dario Antiseri; - São Paulo: PAULUS, 1990. – (Coleção filosofia)

SCHIO, S. M. *Aristóteles e ação humana*. Conjectura, vol. 14, n. 1, 2009.

ZINGANO, M. A – *Sobre a Ética Nicomaqueia de Aristóteles: textos selecionados*. São Paulo : Odysseus Editora, 2010.

ZINGANO, M. *Aristóteles: tratado da virtude moral*. Ethica Nicomachea I 13 – III 8. São Paulo: Odysseus, 2008.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Parte II - PLANO DE CURSO

Plano de Curso de Filosofia para o ensino médio apresentado ao Colegiado do Curso de Filosofia, como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Prof. Dr. André Chagas Ferreira de Souza
Orientador

LAVRAS – MG
2021

Introdução do plano de curso

A filosofia possui uma dimensão vasta, onde é possível abordar vários temas. Este plano de curso propõe o desenvolvimento de leituras e reflexões acerca da história da filosofia em geral, de modo sucinto, por meio dos grandes filósofos que marcam a história da filosofia.

Fazendo um recorte histórico, a seleção dos textos, assim como também dos filósofos e atividades a serem desenvolvidas, tem por objetivo despertar no aluno, inicialmente o interesse pela filosofia, e num segundo momento fazer com que eles desenvolvam suas habilidades argumentativas, críticas e consigam pelo menos problematizar situações até então dadas e aceitas pelo senso comum.

Justificativa e objetivo geral

Este plano de curso foi planejado para ser aplicado para as turmas do 1º grau. A proposta foi pensada estrategicamente, a fim de despertar no aluno o interesse pela filosofia, a forma como foi elaborada cada período leva em consideração todas as dificuldades que foi possível perceber durante o período de Estágio Supervisionado de Filosofia.

Ao final do percurso percorrido ao longo dos 4 períodos, o objeto é que o conteúdo proposto, é que o aluno consiga além de despertar a curiosidade, e senso crítico, seja capaz de fazer reflexões a respeito de todo o contexto em que o aluno esteja inserido.

O primeiro contato real que os alunos têm com a filosofia, é no primeiro ano do ensino médio, em alguns casos, alguns alunos muitos alunos enxerga a filosofia pelo seu significado mais comum e utilizado: amor pela sabedoria, porém não tem nenhuma noção do que de fato significa essa ciência.

A intenção dessa proposta de plano é introduzir a filosofia de forma leve, demonstrando aos alunos o quão longe a reflexão e olhar crítico podem auxiliar e despertar neles a capacidade de questionar tudo o que lhes é apresentado, ou seja, não somente aceitar o que é imposto.

Metodologia

O plano de curso será dividido em quatro bimestres, visto que as escolas disponibilizam uma aula de filosofia semanal, dará em média dez aulas por bimestre, estimulando-se um total de quarenta aulas divididas no ano letivo inteiro.

Essas aulas se dividem em aulas teóricas, onde será feita a apresentação do conteúdo, e praticas, onde será aplicado avaliações.

Esquema geral do plano de curso

1º Bimestre: Mitologia Grega e Filósofos Pré Socráticos

Aula 1 – Origem da filosofia

Aula 2 – Mitologia Grega

Aula 3 – Mitologia Grega parte 2

Aula 4 – Trabalho

Aula 5 – Início do estudo sobre os filósofos pré – socráticos

Aula 6 – Heráclito, Parmênides

Aula 7 – Pitágoras, Tales de Mileto

Aula 8 – Apresentação de trabalho

Aula 9 – Revisão para prova

Aula 10 – Prova

Ementa das aulas:

Nas três primeiras aulas, será discutida a origem da filosofia, passando por sua cronologia pela origem do universo. Ao falar sobre a mitologia, o objetivo é enfatizar como era a explicação das coisas por meio dos mitos.

Ao finalizar essa primeira etapa será aplicado um trabalho mais reflexivo sobre as três primeiras aulas, com o objetivo de aprofundar o estudo da mitologia grega, e

como essa mitologia foi fundamental na história da filosofia. Esse trabalho será individual, onde será possível observar se de fato houve uma absorção das primeiras aulas.

Nas aulas seguintes será iniciado o estudo dos filósofos pré-socráticos, o objetivo geral é demonstrar a importância dessa parte da história da filosofia e como esses filósofos contribuíram ao longo da história, será feita uma breve apresentação dos filósofos citados. Depois de discutir e apresentar o que foi os pré-socráticos, a proposta é uma atividade avaliativa, que servirá de auxílio na prova que será aplicada no final do bimestre. A proposta é uma apresentação em grupo, onde cada grupo irá escolher um dos filósofos estudados ao longo do bimestre, e farão uma exposição sobre os pensamentos do filósofo escolhido, não será cobrada uma apresentação ampla e detalhada, e sim algo que demonstre o entendimento dos alunos. Na aula 9 será feita uma revisão de todo conteúdo trabalhado ao longo do bimestre, para que na aula 10 os alunos consigam fazer uma última atividade avaliativa. Tal atividade será composta por 10 questões, sendo 5 de múltipla escolha, 1 questão onde os alunos terão que acertar qual a alternativa correta e justificar a falsa, e por último 4 questões dissertativas sobre assuntos específicos.

2º Bimestre: Filosofia Antiga

Aula 11 – Sócrates

Aula 12 – Sócrates

Aula 13 – Platão

Aula 14 – Platão

Aula 15 – Vídeo - Ser ou não ser, Platão o mito da caverna.

Aula 16 – Aristóteles

Aula 17 – Aristóteles

Aula 18 – Trabalho

Aula 19 – Aristóteles

Aula 20 – Prova

Ementa das aulas:

No segundo bimestre será tratado três grandes filósofos da filosofia antiga.

O objetivo desse bimestre é apresentar esses três grandes filósofos da filosofia antiga, assim como alguma de suas obras.

Na primeira aula, será feito uma introdução histórica e metodológica da filosofia de Sócrates assim como algumas de suas obras.

Na segunda aula será apresentado aos alunos alguns aspectos da “Defesa de Sócrates” e a partir disso iremos fazer uma discussão reflexiva sobre a obra e os aspectos gerais da filosofia de Sócrates. A escolha por essa obra especificamente foi proposital, pelo fato de que nessa obra além de poder entender claramente a filosofia entendida e defendida pelo filósofo, ela proporciona a discussão, uma vez que engloba diferentes leituras e pontos de vista.

As aulas 13, 14 e 15, serão sobre Platão, nelas serão abordadas as ideias fundamentais do filósofo, dando ênfase maior no a alegoria do mito da caverna. A aula 15 será exposto um vídeo onde a filósofa Viviane Mozé, nos dá uma explicação de alguns conceitos estudados nas duas aulas anteriores. Após esse vídeo, será proposto uma discussão sobre o mito da caverna. Inicialmente nessas aulas, será feita uma exposição a respeito do pensamento fundamental do filósofo e suas principais obras. Posteriormente a isso, se iniciara o estudo e exposição do mito da caverna.

As aulas 16 a 19, iremos falar sobre Aristóteles, os conteúdos abordados serão: A contribuição de Aristóteles pra filosofia antiga, alguns tópicos de sua obra Ética a Nicômaco, dando ênfase nos conceitos de meio termo e virtude.

A aula 18 será uma atividade em sala, onde os alunos iniciarão um trabalho em grupo sobre um dos filósofos trabalhados no bimestre, o trabalho final será entregue na aula 20, que será também aplicada à prova, onde será cobrado todo o conteúdo visto ao longo do bimestre.

3º Bimestre: Filosofia Medieval

Aula 21 – Santo Agostinho

Aula 22 – Santo Agostinho

Aula 23 – Santo Agostinho

Aula 24 – Trabalho

Aula 25 – Tomás de Aquino

Aula 26 – Tomás de Aquino

Aula 27 – Trabalho

Aula 28 – Discussão

Aula 29 – Revisão

Aula 30 – Prova

Ementa das aulas:

Nas três primeiras aulas, será feita uma introdução histórica da filosofia de Santo Agostinho, nas outras duas aulas, o objetivo é tratar de alguns fragmentos de sua obra “Confissões”.

A proposta de trabalho nesse bimestre é dividir a sala em dois grupos, onde o primeiro grupo fará uma apresentação sobre a filosofia de Santo Agostinho, e o outro grupo sobre a filosofia de Tomás de Aquino. O primeiro grupo irá se apresentar na aula 24 e o segundo na aula 27.

Nas aulas 25 e 26, será apresentada uma introdução histórica da filosofia de Tomás de Aquino.

A aula 28 é uma proposta de discussão sobre os dois filósofos estudados, onde o objetivo é esclarecer aos alunos a diferenciação de cada um, para isso será utilizado também os trabalhos que eles apresentaram nas aulas 24 e 27.

A aula 29 será uma revisão de todo o conteúdo visto no bimestre, para a prova da aula 30.

4º Bimestre: Filosofia Moderna

Aula 31 – Epistemologia

Aula 32 – Descartes

Aula 33 – Empirismo

Aula 34 – Empirismo

Aula 35 – Prova

Aula 36 – Empirismo

Aula 37 – Trabalho

Aula 38 – Filosofia Política

Aula 39 – Filosofia Política

Aula 40 – Prova

Ementa das aulas:

Na primeira aula, o objetivo é fazer uma introdução do que seria a epistemologia, para assim introduzir os filósofos modernos.

Na aula 32 será feita uma introdução histórica, abordando a filosofia de Descartes.

Nas aulas 33,34 e 36, será apresentado aos alunos alguns empiristas, tal como: Hume, Locke, Kant e Hobbes, apontando as ideias principais desses filósofos.

Na aula 35 será a primeira prova do bimestre, onde será cobrado um pouco do que foi visto nas primeiras aulas (epistemologia, Descartes e empirismo)

A aula 37 será uma apresentação de trabalho, onde o objetivo do trabalho é que cada grupo escolha um filósofo empirista e faça apontamentos sobre sua filosofia.

As aulas 38 e 39 será a apresentação da filosofia política sobre o pensamento de Rousseau. A aula 40 é a última prova, onde será cobrado todo o conteúdo do bimestre.

Bibliografia

ARISTÓTELES – Ética a Nicômaco. Tradução de Leonel Vallandro. São Paulo 1994 – Abril S.A

GALLO, Sílvio. Filosofia: Experiência do pensamento. 2ª Ed. São Paulo: Scipione, 2017.

KANT, Immanuel. Fundamentação à Metafísica dos Costumes. Trad. Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Barcarolla, 2010.

PLATÃO. O Banquete. Trad. José Cavalcante Souza. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

REALE, G. – Aristóteles. História da Filosofia Grega e Romana Vol. IV. Tradução Henrique Claudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo, 2007 – Edições Loyola

SÓCRATES. IN: Os Pensadores [Defesa de Sócrates, Ditos e feitos memoráveis de Sócrates, Apologia de Sócrates, As nuvens]. São Paulo: Abril, 1972.

ZINGANO, M. Aristóteles, Ethica Nicomachea I 13 – III 8: Tratado da virtude moral. São Paulo: Odysseus, 2008.